

Wolney Queiroz assume para tentar estancar crise

Carlos Lupi não resistiu à pressão e pediu demissão na sexta

Por Karoline Cavalcante

Em meio à crescente crise no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o ministro da Previdência, Carlos Lupi (PDT), deixou oficialmente o cargo na última sexta-feira (2), após encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Palácio do Planalto.

A exoneração, assim como a nomeação do substituto, o ex-deputado federal Wolney Queiroz (PDT-PE), foi oficializada no mesmo dia por meio de edição extra do Diário Oficial da União (DOU).

Esquema

A saída de Lupi ocorre uma semana após uma operação conjunta da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União (CGU) revelar um suposto esquema nacional de descontos indevidos em benefícios previdenciários.

A investigação aponta que sindicatos vinham realizando cobranças não autorizadas de mensalidades associativas, afetando aposentados e pensionistas e desviando aproximadamente R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024.

Embora não tenha sido citado diretamente nas apurações, Lupi optou por deixar a cadeira. Pesava sobre ele a suspeita de leniência com o escândalo. Informações da CGU apontam que o ministério vinha sendo alertado do problema pelo menos desde 2023.

Em mensagem publicada nas redes sociais, o agora ex-ministro afirmou que sua decisão visa preservar o andamento das investigações e destacou que sempre apoiou as medidas de controle interno e fiscalização



Lula Marques/Agência Brasil

Lupi não conseguiu conter a pressão política contra ele

durante sua gestão.

“Espero que as investigações sigam seu curso natural, identifiquem os responsáveis e punam, com rigor, aqueles que usaram suas funções para prejudicar o povo trabalhador”, disse Lupi, na nota em que comunicou sua saída. “Continuarei acompanhando de perto e colaborando com o governo para que, ao final, todo e qualquer recurso que tenha sido desviado do caminho de nossos beneficiários seja devolvido integralmente”.

Substituições

Com a saída de Lupi, assume o comando da pasta o atual secretário-executivo do ministério, Wolney Queiroz. Filiado ao mesmo partido e com longa trajetória parlamentar — tendo ocupado por seis mandatos consecutivos uma cadeira na Câmara dos Deputados por Pernambuco —, Queiroz é visto como uma escolha alinhada com o perfil técnico e político

exigido pelo cargo neste momento delicado. Em 2022, ele tentou a reeleição, mas não obteve sucesso nas urnas.

A mudança na liderança da Previdência ocorre em meio a outras reestruturações no sistema. Na última semana, o presidente Lula também substituiu a presidência do INSS, indicando o procurador federal Gilberto Wäller Júnior para o posto após a exoneração de Alessandro Stefanutto, também impactado pelos desdobramentos da investigação. Após a exoneração do ex-presidente do INSS, determinada por Lula, o ministro Carlos Lupi assumiu total responsabilidade pela indicação do então chefe da autarquia, o que acabou gerando desgastes dentro do governo.

Governo reage

Em pronunciamento em cadeia nacional no Dia do Trabalhador, em 1º de maio, o presidente Lula comentou publicamente pela primeira vez

o caso envolvendo fraudes no INSS. Ele atribuiu ao governo federal a responsabilidade por desarticular o esquema criminoso e anunciou medidas jurídicas contra os envolvidos. “Determinei à Advocacia-Geral da União que as associações que praticaram cobranças ilegais sejam processadas e obrigadas a ressarcir as pessoas que foram lesadas”, afirmou.

Como resposta à crise, o governo trabalha em um plano emergencial para ressarcir os beneficiários lesados pelas cobranças irregulares.

A proposta, em fase final de elaboração, foi discutida também na sexta-feira (2) em uma reunião liderada pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, com a participação do novo presidente do INSS. Segundo a AGU, o plano será apresentado nos próximos dias à Casa Civil, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Ministério Público Federal e à Defensoria Pública da União.

Praça dos Três Poderes deve passar por grande reforma

Símbolo da democracia brasileira, a praça dos Três Poderes vive avanços e reveses desde os dois últimos atentados extremistas e pode passar agora pela primeira grande reforma desde a sua inauguração, em 1960.

Considerada por alguns como a praça mais importante do Brasil — além de uma das mais representativas da arquitetura modernista no século 20 —, o espaço está localizado na cabine do avião imaginário projetado por Lucio Costa para Brasília.

Atentados

Com dois atentados inéditos no local — o ataque golpista de 8 de janeiro de 2023 e a explosão de um homem-bomba, em 2024 —, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) agora tenta reocupar a praça dos Três Poderes.

Sob a responsabilidade do Governo do Distrito Federal, a praça passou apenas por restauros pontuais nos últimos anos e viu as pedras portuguesas do piso — muitas delas soltas por falta de manutenção — serem usadas como arma para destruir vidraças no 8 de janeiro.

Em 2021, o governo do DF chegou a propor um projeto de reforma ao Iphan, mas o órgão cobrou alterações para garantir a preservação de características originais, uma vez que a praça é tombada a nível nacional e distrital.



Valter Campanato/Agência Brasil

Projeto prevê colocação de bancos e ombrelones na praça

Agora, o próprio Iphan tenta destravar a recuperação do local por meio da captação de recursos via Lei Rouanet. O instituto afirma que a restauração está estimada entre R\$ 22 milhões e R\$ 25 milhões e que já há empresas interessadas em participar.

“Nós não queremos a reforma da praça só para ver ela restaurada e bonita de novo. Também. Mas acima de tudo porque a gente quer povo. Queremos gente na praça”, afirma o presidente do Iphan, Leandro Grass.

A proposta apresentada prevê a recuperação do piso de

pedras portuguesas, o restauro de obras de arte, iluminação, revitalização de museus, projeto de acessibilidade e instalação de câmeras de segurança.

Críticas

O projeto foi desenvolvido pela empresa vencedora da licitação, Land 5 Arquitetura e Urbanismo, ao custo de R\$ 744 mil. Apesar disso, a proposta tem despertado críticas entre especialistas, especialmente pela instalação de bancos e estruturas metálicas que possam criar sombra.

“A praça é seca para denotar essa austeridade. Ela não é uma

praça festiva, de permanência ou de encontros casuais, uma coisa bucólica, pitoresca”, afirma o arquiteto e professor da UnB (Universidade de Brasília) Eduardo Pierrotti Rossetti.

“A praça existe para revelar para quem vivencia aquele espaço, com plena visibilidade, os três palácios que representam os Três Poderes. Nisso, o projeto do Lúcio Costa é absolutamente brilhante; entendeu o problema da carga simbólica do que é uma capital.”

O Iphan afirma que a instalação dos bancos e dos ombrelones “ainda será discutida com a população, com profissionais e instituições relacionadas tanto com a temática da preservação quanto ao uso contínuo da praça”.

Segundo o instituto, a obra de restauração dos elementos já existentes, que inclui piso, esculturas, bancos e fachada do Museu da Cidade, tem início previsto para julho.

Grades

O Iphan também espera que o sistema de monitoramento previsto no projeto ajude a praça a se livrar das grades que passaram a cercar as sedes dos Poderes nos últimos anos.

Após o atentado de 8 de janeiro, o presidente Lula (PT) determinou a retirada das grades em frente ao Palácio do Planalto.

Thaís Oliveira (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Marcelo Camargo/ Agência Brasil



Ex e atual presidente: acordos publicados no DO

Fraudes no INSS: Bolsonaro fez sete convênios; Lula, dois

Pesquisa no Diário Oficial da União revela que no mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022) foram assinados pelo menos sete acordos que autorizaram entidades a fazer descontos irregulares de aposentados e pensionistas.

Um dos convênios foi renovado no governo Lula, que, por sua vez, retomou contrato com uma associação que tivera contrato rescindido em 2020.

O levantamento feito pelo Correio Bastidores levou em conta as 11 entidades que, segundo a Polícia Federal, são campeãs nas fraudes contra segurados.

Um dos acordos, publicado em 28/08/2019, é um termo aditivo a um assinado no ano anterior. O novo documento aumentou o desconto de 0,5% para 2,5% de cada benefício, até o limite de R\$ 50,00

Dois governos

A entidade beneficiada foi o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical. No ano seguinte e em 2023 (já sob Lula), o Acordo de Cooperação Técnica seria renovado. Os novos extratos publicados no DO falam em descontos de 0,6% ou de 2,5%.

Maior desconto

O maior desconto nos benefícios encontrado na pesquisa é de 4,09%, referente a acordo válido por cinco anos. Foi assinado, em abril de 2022, entre o INSS e a União Nacional de Auxílio aos Servidores Públicos (Unaspub). Outros descontos variavam de 2% a 3%

Wilson Dias/ Agência Brasil



Vinícius Marques de Carvalho, ministro da CGU

Acordo foi assinado no fim do governo anterior

O acordo com a Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas foi assinado em 29/12/2022, três dias antes da mudança de governo — foi divulgado no DO de 02/01/2023, já no mandato de Lula.

Segundo a Controladoria-Geral da União, a entidade que mais lesou segurados foi a Caixa de

Assistência dos Aposentados e Pensionistas do INSS. Seu contrato, publicado em 12/05/2022, estabeleceu 3% de desconto de seus associados por um prazo de cinco anos.

Assinado em 2021, o acordo com a Associação dos Aposentados Mutuaristas para Benefícios Coletivos previa descontos um desconto fixo de R\$ 45,00.

Fraudes

As investigações mostram que a grande maioria dos descontos era feita de maneira fraudulenta, sem conhecimento dos aposentados e do pensionistas. Em 2019, Bolsonaro incluiu em medida provisória exigência de renovação anual da autorização de descontos.

Acordão

O artigo acabaria amenizado no Congresso — a autorização passou a ser exigida a cada três anos. A mudança foi proposta em emendas de parlamentares de diversos partidos: a maioria, do PT, mas também do PR (hoje, PL), Solidariedade, MDB, PSDB, PCdoB e PSB.

Jabutí

Bolsonaro sancionou a lei aprovada pelo Congresso e, no ano seguinte, possibilitou que as autorizações fossem feitas em até quatro anos. Em 2022, a lei 14.438, que tratava de microcrédito, ganhou artigo que acabava com a possibilidade do controle dos descontos.

No ataque

A decisão da senadora Damares Alves (Republicanos-DF) de recorrer à Justiça contra a posse de Wolney Queiroz na Previdência reforça a gana da oposição. As fraudes são antigas, mas o PL diz não ter medo de apurar problemas ocorridos no mandato de Jair Bolsonaro.